



**CONCURSO PÚBLICO PARA OFICIAIS DA SAÚDE E PARA CADETE DA POLÍCIA MILITAR**  
Domingo, 3 de fevereiro de 2013.

**Caderno de Prova A**  
1ª etapa: Prova de Conhecimentos  
**Cargo: Cadete – PM**

Este caderno de prova contém questões de

Conhecimentos Gerais				Conhecimentos Específicos									Redação		
Prova Objetiva				Prova Objetiva											
Língua Portuguesa	Realidade Étnica*	Soma		Noções de Direito Penal	Noções de Direito Constitucional	Noções de Direito Processual Penal	Noções de Direito Administrativo	Noções de Direito Penal Militar	Noções de Direito Processual Penal Militar	Legislação Extravagante	Soma				
Nº de Questões	Nº de Questões	Valor de cada Questão	Valor da Prova	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Valor de cada Questão	Valor da Prova	Nº de Questões	Valor da Questão	Valor da Prova
10	5	1	15	5	6	5	6	4	4	5	2	70	1	25	25

\* Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do estado de Goiás.

- 1) Verifique se seu nome, seu número de inscrição e do seu documento de identidade estão grafados corretamente, abaixo da linha. Se houver algum erro, comunique ao fiscal de sala, conforme item 84 do Edital.
- 2) Verifique ainda se o caderno está completo ou se há alguma imperfeição gráfica que possa gerar ilegibilidade ou dúvidas. Se necessário, peça a substituição deste caderno antes de iniciar a prova.
- 3) Leia cuidadosamente o que está proposto.
- 4) As respostas das questões objetivas deverão ser transcritas (marcadas) no cartão de resposta, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta. O cartão de resposta será o único documento válido para a correção da prova objetiva. Os candidatos que descumprirem este item arcarão com eventual prejuízo da ausência de leitura óptica de suas marcações e/ou de sua eliminação, conforme itens 89 e 90 do Edital.
- 5) Caso queira, o candidato poderá utilizar os espaços de rascunho deste caderno de prova e o rascunho do gabarito para registrar as alternativas escolhidas.
- 6) A partir das 16h 30min, os candidatos poderão sair da sala de prova portando este caderno, conforme itens 64, 65 e 85 do Edital.

**Observação:** Os fiscais não estão autorizados a fornecer informações acerca desta prova.

Identificação do candidato

## Rascunho do Gabarito

Questão	Alternativas
1	a b c d
2	a b c d
3	a b c d
4	a b c d
5	a b c d
6	a b c d
7	a b c d
8	a b c d
9	a b c d
10	a b c d
11	a b c d
12	a b c d
13	a b c d
14	a b c d
15	a b c d
16	a b c d
17	a b c d
18	a b c d
19	a b c d
20	a b c d
21	a b c d
22	a b c d
23	a b c d
24	a b c d
25	a b c d
26	a b c d
27	a b c d
28	a b c d
29	a b c d
30	a b c d
31	a b c d
32	a b c d
33	a b c d
34	a b c d
35	a b c d
36	a b c d
37	a b c d
38	a b c d
39	a b c d
40	a b c d
41	a b c d
42	a b c d
43	a b c d
44	a b c d
45	a b c d
46	a b c d
47	a b c d
48	a b c d
49	a b c d
50	a b c d

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 5.

### O Mundo Moderno e a Violência

1 No curso dos tempos modernos, desde o descobrimento e a conquista do Novo Mundo, são muitas,  
2 novas e renovadas as formas e as técnicas de violência que entram direta e indiretamente no jogo das  
3 forças sociais e na dinâmica das formas de sociabilidade que se desenvolvem com o capitalismo, visto  
4 como modo de produção e processo civilizatório.

5 A história do mundo moderno, desde o descobrimento e a conquista do Novo Mundo,  
6 compreendendo também a colonização da África, Ásia e Oceania, é uma história dos mais prosaicos e  
7 sofisticados meios e modos de violência, com os quais se forja e se mutila a modernidade. À medida que se  
8 desenvolvem a ciência e a técnica, em seus usos crescentemente político-econômicos e socioculturais,  
9 desenvolvem-se as formas e as técnicas de violência. À medida que se desenvolvem as forças produtivas e  
10 as relações de produção próprias do capitalismo, desenvolvem-se as diversidades e as desigualdades, as  
11 formas de alienação, as técnicas de dominação e as lutas pela emancipação. Aprofundam-se, generalizam-  
12 se e multiplicam-se as contradições sociais. No mesmo curso das lutas e conquistas polarizadas pela  
13 democracia e pela cidadania, desenvolvem-se as técnicas de repressão e as formas de tirania. No mesmo  
14 curso das lutas e conquistas pelo Socialismo e Comunismo, desenvolvem-se os experimentos do Fascismo  
15 e do Nazismo. São muitas as polarizações e combinações de processos e estruturas político-econômicas e  
16 socioculturais com os quais se desenvolve e mutila a modernidade-nação, ou a primeira modernidade, e a  
17 modernidade-mundo, ou segunda modernidade.

18 É difícil, talvez impossível, dizer que um século é mais violento que outro. Uma comparação  
19 apressada pode dar essa impressão. Para que se possa avaliar os potenciais e as realizações da violência  
20 em cada século, época ou configuração histórica, seria indispensável esclarecer quais as formas de  
21 sociabilidade e os jogos de forças sociais que prevalecem em cada caso. Daí a importância de se  
22 reconhecer que o colonialismo, o imperialismo e o globalismo, compreendendo sempre nacionalismo e  
23 tribalismo, são distintos processos histórico-sociais, com as suas formas de sociabilidade e os seus jogos de  
24 forças sociais peculiares.

25 Ocorre que os jogos das forças sociais e as formas de sociabilidade sintetizam o modo pelo qual a  
26 fábrica da sociedade, ou a máquina do mundo, produz e reproduz o progresso e o retrocesso, a evolução e  
27 a decadência, o florescimento e a distorção, a alienação e a mutilação. Nesse sentido é que é válido  
28 reconhecer que cada século, época ou configuração histórico-social se caracteriza por formas e técnicas de  
29 violência enraizadas e jogos de forças sociais e tramas de sociabilidade.

IANNI, Octavio. A violência na sociedade contemporânea. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 7, n. 12, p. 7-30, 2002. (Adaptado).

### Questão 1

É ideia defendida no texto:

- a) As formas e as técnicas de violência variam e podem ser diferentes em cada século, época ou configuração histórico-social.
- b) A comparação entre as diferentes épocas da história humana mostra que houve séculos mais violentos que outros.
- c) A violência, em suas manifestações modernas, repete e reproduz as mesmas formas e técnicas existentes desde o início da história da humanidade.
- d) As formas e as técnicas da violência desenvolvem-se de forma independente do desenvolvimento da ciência e da técnica em geral.

Espaço para rascunho

**Questão 2**

No trecho “São muitas as polarizações e combinações de processos” (linha 15), a ideia de polarização pode ser exemplificada por:

- a) “o descobrimento e a conquista do Novo Mundo” (linha 1) – “processo civilizatório” (linha 4)
- b) “forças sociais e as formas de sociabilidade” (linha 25) – “o progresso e o retrocesso” (linha 26)
- c) “a ciência e a técnica” (linha 8) – “político-econômicos e socioculturais” (linha 8)
- d) “Socialismo e Comunismo” (linha 14) – “Fascismo e [...] Nazismo” (linha 14-15)

**Questão 3**

No trecho “prosaicos e sofisticados meios e modos de violência, com os quais se forja e se mutila a modernidade” (linhas 6-7), os termos em destaque podem, sem prejuízo de sentido da frase, ser substituídos, respectivamente, por

- a) viabiliza – espalha
- b) organiza – combina
- c) fabrica – amputa
- d) encontra – opõe

**Questão 4**

No trecho “Para que se possa avaliar os potenciais e as realizações da violência” (linha 19), a expressão destacada indica uma relação semântica de

- a) concessão
- b) finalidade
- c) proporção
- d) oposição

**Questão 5**

No trecho “É difícil, talvez impossível, dizer que um século é mais violento que outro” (linha 18), a supressão da palavra sublinhada provocaria o seguinte efeito argumentativo no texto:

- a) atenuaria o ponto de vista apresentado pelo autor.
- b) reforçaria a ideia defendida pelo autor.
- c) diminuiria a força do argumento colocado pelo autor.
- d) tornaria incerta a proposição mencionada pelo autor.

\_\_\_\_\_  
Espaço para rascunho

Leia o texto a seguir para responder às questões de 6 a 10.

### O Conceito de Paz

1 O estudo da paz é, notoriamente, multidisciplinar e complexo. A coexistência de tendências díspares  
2 do pensamento nas Ciências Políticas dificulta ainda mais a compreensão e o trabalho de análise sobre o  
3 significado real de paz.

4 A palavra paz, usualmente, significa a ausência da guerra. Os termos guerra e paz seriam, nesse  
5 caso, opostos, antônimos. São, portanto, situações extremas. E estão, de fato, situadas em polos opostos.  
6 Mas entre uma e outra existem situações e estágios intermediários.

7 Johan Galtung (1995) tenta definir melhor a palavra paz ao apontar os conceitos de uma paz  
8 negativa e de uma paz positiva. A paz negativa, segundo esse autor, é a mera ausência da guerra, o que  
9 não elimina a predisposição para ela ou a violência estrutural da sociedade. A paz positiva, por outro lado,  
10 implica ajuda mútua, educação e interdependência dos povos. A paz positiva vem a ser não somente uma  
11 forma de prevenção contra a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas  
12 comungam do espaço social.

13 Concordando com Galtung, evolui-se da polarização guerra e paz para, no mínimo, três estágios  
14 distintos: a guerra, a paz negativa e a paz positiva. Uma maior reflexão ainda se faz necessária sobre as  
15 situações que envolvem guerra e paz. No entanto, em um primeiro momento, pode-se identificar: a guerra  
16 declarada e em curso, a chamada guerra fria, a preparação para a guerra ou para a eventualidade da  
17 guerra, a guerrilha, o terrorismo, a violência estrutural, a não-cooperação da paz negativa e, finalmente, a  
18 paz verdadeira ou, utilizando-se o termo de Galtung, a paz positiva.

SILVA, Jorge Vieira da. *A verdadeira paz: desafio do Estado democrático*. São Paulo em Perspectiva, v. 16, n. 2, p. 36-37, 2002.

### Questão 6

Tem-se, no texto, a ideia de que o termo paz

- a) possui definição com a qual concordam de modo unânime os cientistas políticos.
- b) restringe-se à completa ausência de guerra e elimina a violência na sociedade.
- c) comporta mais significados e matizes do que comumente lhe são atribuídos.
- d) apresenta um caráter de simplicidade que facilita seu estudo e sua conceituação.

### Questão 7

No segundo parágrafo do texto (linhas 4-6), predomina a função da linguagem

- a) emotiva
- b) conativa
- c) poética
- d) metalinguística

Espaço para rascunho

---

**Questão 8**

No texto são apresentadas as noções de “paz negativa” e “paz positiva” (linhas 7-12), propostas por Johan Galtung. Em relação a isso, o autor do texto

- a) concorda com essas ideias e as desenvolve.
- b) discorda dessas definições e as retifica.
- c) concorda com uma definição e discorda da outra.
- d) discorda dessas ideias e coloca argumentos contrários a elas.

**Questão 9**

No trecho “Mas entre uma e outra existem situações e estágios intermediários” (linha 6), o item sublinhado apresenta uma afirmação que introduz uma

- a) conclusão de um argumento em desenvolvimento no parágrafo.
- b) adição de argumento que concorda com a ideia desenvolvida na frase anterior.
- c) ideia argumentativamente oposta àquela mencionada no período anterior.
- d) ideia de restrição em relação aos argumentos anteriores.

**Questão 10**

Considerando-se a discussão desenvolvida no texto, constata-se que a palavra “paz” apresenta um caráter

- a) polissêmico
- b) unívoco
- c) metafórico
- d) simbólico

---

Espaço para rascunho

**Questão 11**

A pecuária constituiu importante elemento na ocupação do território goiano durante e pós-período mineratório. O rebanho bovino formado por gado vacum contribuiu para a fixação de populações no interior do estado, bem como para o surgimento de novos povoados, às margens e entroncamentos dos caminhos utilizados no transporte das tropas. São exemplos de cidades que tiveram sua origem diretamente ligada a tais fatores:

- a) Trindade, Caldas Novas e Teresina de Goiás
- b) Itaberaí, Piracanjuba e Varjão
- c) Morrinhos, Cavalcante e São Miguel do Araguaia
- d) Rio Verde, Jataí e Pilar de Goiás

**Questão 12**

A atividade mineratória sempre esteve presente na história da ocupação do território goiano desde o início do garimpo do ouro no século XVIII. Nos dias atuais, implementou-se uma nova indústria da mineração, ampliando o leque de minérios explorados. É exemplo dessa nova indústria da mineração em Goiás a extração de

- a) ferro e cobre nos municípios de Catalão e Ouvidor.
- b) ouro nos municípios de Crixás e Pirenópolis.
- c) níquel nos municípios de Niquelândia e Goianésia.
- d) amianto nos municípios de Minaçu e Barro Alto.

**Questão 13**

A construção de condomínios fechados (horizontais ou verticais) tornou-se muito comum em Goiânia, que já é a terceira cidade em condomínios horizontais no Brasil. A opção por este tipo de moradia deve-se a uma série de fatores, dentre os quais se destaca a

- a) necessidade de evitar as diferenças ideológicas na convivência cotidiana, já que nesses ambientes há uma seleção de moradores por preferência religiosa.
- b) necessidade de proteger a natureza, já que o poder público subsidia esses locais, considerados área de preservação ambiental permanente.
- c) busca de um local de moradia próximo ao trabalho na tentativa de diminuir o tempo de percurso entre a residência e o trabalho.
- d) busca por espaços seguros e exclusivos protegidos do contato com o mundo exterior, caracterizando um novo modelo de relações comunitárias.

Espaço para rascunho

**Questão 14**

“O governo não considerava a construção de uma nova capital um gasto, mas um investimento necessário para o desenvolvimento”.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta S. *História de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 1994. p. 106.

O significado da construção de Goiânia para o desenvolvimento de Goiás está relacionado ao fato de ser uma cidade

- a) industrializada, que serviu como polo exportador e importador de mercadorias para o Centro-Oeste e o Norte do país.
- b) administrativa e comercial, que se tornou referência para o setor de turismo de eventos e negócios no país.
- c) geograficamente centralizada, que integrou econômica e politicamente o sul e o norte do estado por meio de vias férreas.
- d) demograficamente relevante, que possibilitou a exploração dos recursos minerais do Mato Grosso Goiano.

**Questão 15**

A ordem política que vigorou, em Goiás, nos 20 anos após as eleições diretas de 1982, demonstra um certo conservadorismo do eleitor, uma vez que o partido governista foi derrotado, para o cargo de governador, na eleição de

- a) 1998
- b) 1994
- c) 1986
- d) 1990

\_\_\_\_\_  
Espaço para rascunho



**Questão 16**

Em relação ao livramento condicional, segundo o Código Penal,

- a) as penas que correspondem a infrações diversas não se somam para efeito de concessão do benefício.
- b) a reparação do dano não é condição para obtenção do benefício, mesmo ocorrendo prejuízos à vítima.
- c) o juiz poderá concedê-lo quando comprovado comportamento satisfatório do condenado durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto.
- d) haverá revogação obrigatória quando o beneficiado for irrecorrivelmente condenado, por crime ou contravenção, à pena que não seja privativa de liberdade.

**Questão 17**

Sobre os crimes hediondos, o critério adotado de definição é o

- a) legal
- b) convencional
- c) judicial
- d) misto

**Questão 18**

A ação penal nos crimes de lesão corporal leve, decorrentes de violência doméstica, é

- a) pública condicionada à representação da ofendida
- b) privada personalíssima
- c) exclusivamente privada
- d) pública incondicionada

**Questão 19**

Sobre o concurso de pessoas, verifica-se que

- a) o crime de quadrilha ou bando encerra um crime de concurso necessário de condutas convergentes.
- b) as circunstâncias subjetivas e objetivas da infração penal se comunicam entre os concorrentes.
- c) ocorrerá autoria colateral quando duas pessoas concorrerem para um mesmo resultado, sem que tenha havido vínculo subjetivo entre elas.
- d) cumplicidade é o ato de cooperação psicológica com o evento.

**Questão 20**

Sobre a omissão em direito penal, verifica-se que

- a) o dever de garantia de modo a impedir o resultado nos crimes comissivos por omissão resulta apenas de um contrato.
- b) é normativa, uma vez que deriva de um dever jurídico de agir para evitar o resultado.
- c) os crimes omissivos próprios são crimes de resultado.
- d) a omissão não é penalmente relevante, porquanto o direito penal admite apenas condutas positivas.

Espaço para rascunho

**Questão 21**

A Constituição Federal garante como direito fundamental o direito à privacidade. Assegura, por outro lado, a liberdade de informação. Essas garantias muitas vezes se contrapõem nos casos concretos, impondo limites aos comportamentos humanos. Nesse sentido, divulgar uma informação será admitido quando concorrerem a

- a) ilicitude da informação e a forma adequada de transmissão.
- b) licitude da informação e o interesse público incidente sobre ela.
- c) função repressora, embora presente a ilicitude do ato informativo.
- d) função preventiva e interesse geral dos informados pelo assunto.

**Questão 22**

Dentre as liberdades garantidas constitucionalmente, encontra-se a religiosa. Nesse asseguramento, a religiosidade é reconhecida pelo Estado brasileiro como um bem em si mesmo e um valor a ser preservado. O Estado brasileiro, de acordo com a Constituição Federal, é

- a) teocrático, em que se garante a liberdade de culto e de crença.
- b) laico, cuja liberdade religiosa restringe-se ao direito de crença, sem prestação correspondente.
- c) laico, em que se protege a liberdade de religião e do seu exercício.
- d) confessional, com liberdade religiosa, sem o direito à prestação correspondente.

**Questão 23**

O Estado brasileiro, dentre os diferentes modelos contemporâneos de estado federal, apresenta características resultantes das singularidades histórico-culturais que lhe são próprias. Dentre essas, aponta-se a

- a) autonomia dos estados-membro, que se traduz na soberania frente ao estado-nação, no âmbito normativo.
- b) dúplice esfera do poder normativo sobre um mesmo território e sobre as pessoas que nele se encontram.
- c) impossibilidade de autoconstituição do estado-membro por não deter a soberania.
- d) descentralização do poder resultante da autonomia, como soberania sobre o seu território.

Espaço para rascunho

**Questão 24**

A organização da prestação da tutela jurisdicional prevê competências específicas, em razão da matéria sobre a qual incide o conflito. Essa competência é determinada pela Constituição Federal, que dispõe caber

- a) aos juízes federais julgar as causas relativas a grave violação dos direitos humanos em que haja pedido de incidente de deslocamento.
- b) aos juízes estaduais processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, qualquer que seja a natureza da parte.
- c) ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade da lei.
- d) ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente os crimes comuns praticados pelos governadores de estado.

**Questão 25**

No que diz respeito à constitucionalização da família, a Constituição Federal promoveu importantes avanços, dentre os quais tem merecido destaque doutrinário

- a) a livre discricionariedade dos seus integrantes, no reger das relações familiares, sob a chefia do *pater familias*.
- b) a verticalização do poder nas relações entre marido e mulher, garantindo à mulher, na ausência do marido, a chefia do casal.
- c) o acolhimento de outras formas de constituição de família, diversas do casamento civil, e a horizontalização das relações entre cônjuges.
- d) a discriminação dos filhos, conforme tenham sido havidos ou não na constância do casamento ou da união estável.

**Questão 26**

Nos termos do disposto pela Constituição Federal, a Súmula Vinculante deve incidir sobre matéria constitucional, sendo sua edição de competência do Supremo Tribunal Federal. Tem ela por requisitos que a

- a) súmula tenha por fundamento matéria objeto de decisão do plenário do Supremo Tribunal Federal ou de decisões repetidas das suas turmas.
- b) súmula verse sobre matéria conflituosa que não tenha sido decidida pelos tribunais infraconstitucionais.
- c) matéria versada na súmula tenha sido objeto de debate na jurisdição ordinária e que não se tenha podido chegar a decisão.
- d) matéria tratada pela súmula tenha fundamento em uma decisão isolada de turma do Supremo Tribunal Federal.

\_\_\_\_\_  
Espaço para rascunho

**Questão 27**

O inquérito policial:

- a) Nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial somente poderá instaurá-lo, segundo o Código de Processo Penal, por requisição do Ministério Público.
- b) Nos crimes em que a ação penal depender de representação, não poderá, segundo o Código de Processo Penal, ser iniciado sem ela.
- c) É indispensável para a propositura da ação penal pública incondicionada.
- d) É procedimento de natureza administrativa, em que são garantidos o contraditório e a ampla defesa, com a finalidade de produzir provas para alicerçar a sentença condenatória.

**Questão 28**

Segundo o Código de Processo Penal, o juiz, ao receber o auto de prisão em flagrante, deverá, fundamentadamente,

- a) conceder a liberdade provisória, se a prisão for ilegal ou legal.
- b) converter a prisão em flagrante em prisão temporária, caso não seja possível sua substituição por outra medida cautelar diversa da prisão.
- c) homologar a prisão em flagrante, caso o auto tenha sido lavrado, pela autoridade policial, com a cabal observância das formalidades legais.
- d) relaxar a prisão, se esta for ilegal.

**Questão 29**

A competência territorial, segundo o Código de Processo Penal,

- a) será, de regra, nos casos de infração continuada ou permanente, determinada pelo lugar do domicílio ou residência do réu.
- b) nos casos de ação penal privada subsidiária da pública, será fixada, ainda que conhecido o lugar da infração, pela prevenção.
- c) regular-se-á pela prevenção, em caso de não ser conhecido o lugar da infração e for conhecida a residência ou o domicílio do réu.
- d) será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

**Questão 30**

Segundo o Código de Processo Penal, a citação far-se-á por

- a) carta registrada, quando o réu estiver, no Brasil, em território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
- b) carta precatória quando, no Brasil, o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante.
- c) edital, quando o réu estiver preso.
- d) edital, se o réu se ocultar para não ser citado.

**Questão 31**

Segundo o Código de Processo Penal, caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou a sentença que

- a) conceder ou negar ordem de *habeas corpus*.
- b) absolver sumariamente o réu.
- c) receber a denúncia ou queixa.
- d) concluir pela competência do juízo.

**Questão 32**

De acordo com a legislação vigente acerca da contratação direta pela Administração Pública,

- a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem pode ocorrer contratação direta por meio da inexigibilidade.
- b) a calamidade pública justifica a contratação direta, com base na inexigibilidade.
- c) a dispensa de licitação é permitida nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros alimentícios.
- d) independentemente do valor a ser contratado, a licitação é sempre exigida.

**Questão 33**

No tema dos atributos do ato administrativo,

- a) a autoexecutoriedade autoriza a execução do ato sem intervenção do Poder Judiciário.
- b) a presunção de veracidade aponta que o ato é sempre considerado legal.
- c) a presunção de legitimidade diz respeito à competência da autoridade.
- d) a imperatividade é inerente a todos os atos administrativos.

**Questão 34**

Segundo a doutrina do abuso de poder,

- a) ocorre excesso de poder nas situações em que o superior hierárquico avoca atribuições não exclusivas do subordinado.
- b) excesso de poder e desvio de poder são vícios relativos à finalidade do ato administrativo.
- c) as condutas por abuso de poder são sancionadas no âmbito administrativo, com exclusão da esfera judicial.
- d) o ato administrativo praticado para atender a interesse particular em detrimento do interesse público apresenta vício de desvio de poder.

**Questão 35**

O instituto da requisição, modalidade de intervenção estatal na propriedade,

- a) pressupõe a prévia autorização judicial.
- b) afasta a possibilidade de indenização.
- c) incide sobre bens móveis, imóveis e serviços particulares.
- d) é de natureza permanente.

Espaço para rascunho

**Questão 36**

Acerca dos contratos administrativos, a legislação dispõe:

- a) Por causa do princípio da igualdade entre as partes a Administração não pode alterar unilateralmente o contrato.
- b) É possível a Administração obrigar o contratado a aceitar acréscimo ou supressão de até 50% do valor originário do contrato no caso de reforma de edifício ou reforma de equipamento.
- c) O contrato administrativo deverá ser formalizado por instrumento escrito - termo de contrato - sem possibilidade de qualquer outra forma.
- d) A Administração pode, discricionariamente, estipular a duração de todos os contratos administrativos.

**Questão 37**

Relativamente à prática de ilícito pelo servidor no exercício da função,

- a) em nenhuma circunstância o servidor responderá pelo prejuízo causado a terceiro, apenas o Estado é que arcará com a indenização.
- b) face a independência das instâncias, pelo mesmo ato o servidor pode responder civil, penal e administrativamente.
- c) o Estado se responsabilizará pelo dano a terceiro apenas nos casos em que o servidor agir com dolo, excluídas as situações de condutas culposas.
- d) ainda que prevista na legislação estatutária, não é possível a aplicação de sanção disciplinar ao servidor caso já tenha ocorrido a aplicação de sanção penal pelo mesmo ilícito.

Espaço para rascunho

---

**Questão 38**

Segundo o Código Penal Militar, em relação ao tempo do crime foi adotada a teoria

- a) do resultado
- b) da ubiquidade
- c) da atividade
- d) mista

**Questão 39**

No que diz respeito à aplicação da lei penal, segundo o Código Penal Militar, tem-se que

- a) o militar da reserva ou reformado, mesmo não empregado na administração militar, equipara-se ao militar em situação de atividade.
- b) o Código Penal Militar trabalha apenas com o conceito de superior hierárquico, para fins de aplicação da lei militar.
- c) é considerado superior toda autoridade que exerce função de direção.
- d) os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, ressalvado o disposto em tratados ou convenções internacionais.

**Questão 40**

Sobre as penas no Código Penal Militar, tem-se que

- a) a pena mínima de reclusão é de um ano, e a máxima é de trinta anos.
- b) a pena privativa de liberdade por mais de 2 (dois) anos, aplicada a militar, somente pode ser cumprida em penitenciária militar.
- c) a pena de morte será executada por enforcamento, podendo ser executada em qualquer tempo, depois de passada em julgado a condenação.
- d) a pena de prisão simples possui a mesma característica daquela prevista para as contravenções penais na legislação comum.

**Questão 41**

Sobre as causas extintivas de punibilidade previstas no Código Penal Militar, verifica-se que

- a) a prescrição, no caso de reforma ou suspensão de exercício, se aperfeiçoa no prazo de 2 (dois) anos.
- b) as causas de extinção da punibilidade, previstas na parte geral do Código Penal Militar, são taxativas.
- c) no crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de quarenta e cinco anos, e, se oficial, a de sessenta.
- d) a reabilitação, enquanto causa de extinção da punibilidade, alcança as penas principais impostas por sentença definitiva.

Espaço para rascunho

**Questão 42**

Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar

- a) os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil.
- b) civil acusado de prática de crime contra as instituições militares.
- c) militar por crime de abuso de autoridade praticado em serviço.
- d) os crimes militares e os crimes comuns conexos a eles, desde que estes não sejam crimes dolosos contra a vida.

**Questão 43**

Pode ser oposta, segundo o Código de Processo Penal Militar, a exceção de

- a) perempção
- b) suspeição
- c) prescrição
- d) preclusão

**Questão 44**

Segundo o Código de Processo Penal Militar, ocorrerá nulidade no seguinte caso:

- a) Se não forem observadas quaisquer formalidades processuais, independentemente da análise da existência de prejuízo para as partes.
- b) Quando as testemunhas ou advogados do réu forem declarados impedidos.
- c) Se não for realizado o exame de corpo de delito, independentemente de o crime deixar vestígios.
- d) Incompetência, impedimento, suspeição ou suborno do juiz.

**Questão 45**

Segundo o Código de Processo Penal Militar, caberá recurso em sentido estrito da decisão ou sentença que

- a) reconhecer, em tese, a existência de crime militar próprio.
- b) receber a denúncia ofertada pelo Ministério Público Militar.
- c) absolver, em qualquer hipótese, o réu.
- d) indeferir o pedido de arquivamento ou a devolução do inquérito policial à autoridade administrativa.

Espaço para rascunho



**Questão 46**

A Constituição Federal, no artigo 5º, inciso XLIII, dispõe que “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem”. A partir daí, criou-se no direito brasileiro a figura do “crime hediondo”, sobre o qual tem-se o seguinte:

- a) O Legislador infraconstitucional adotou como critérios para definição de “crime hediondo” o enumerativo (legal) e o judicial subjetivo, pois enumerou os crimes considerados hediondos e permitiu ao julgador, em hipóteses definidas, estender o alcance da expressão a outros crimes.
- b) Nos casos de prisão em flagrante por crime hediondo, é possível a concessão de liberdade provisória ao detido.
- c) Em caso de condenação por crime hediondo, a pena será cumprida integralmente em regime fechado, havendo direito a livramento condicional após cumpridos dois terços da reprimenda, visando assim ao princípio da individualização da pena e da ressocialização do condenado.
- d) Os crimes previstos no Código Penal Militar, que tenham mesma definição jurídica dos descritos na Lei nº 8.072/90 – Lei dos Crimes Hediondos, são hediondos e tratados como tal.

**Questão 47**

O artigo 2º da Lei nº 4898/65 (abuso de autoridade), ao tratar do direito de representação, dispõe que ele “será exercido por meio de petição”. No parágrafo único do referido artigo, a lei regula: “A representação será feita em duas vias e conterà a exposição do fato constitutivo do abuso de autoridade, com todas as circunstâncias, qualificação do acusado e o rol de testemunhas, no máximo de três, se as houver”. Ante tais disposições, verifica-se que

- a) a autoridade policial e o Ministério Público, tendo conhecimento dos fatos e havendo indícios da prática de crime de abuso de autoridade, devem agir de ofício, independente da representação ou manifestação de vontade da vítima.
- b) a representação pode ser formalizada diretamente pela vítima perante o Judiciário, Ministério Público ou Polícia Judiciária, mas em caso de não atender aos requisitos previstos (§2º), será indeferida de plano.
- c) a partir da representação formalizada pela vítima, o fato será apurado, pois ela (representação) é condição de procedibilidade para a investigação e consequente ação penal.
- d) a representação deve ser formalizada por meio de advogado ou defensor público, com capacidade postulatória em juízo, peticionando-se diretamente ao Judiciário, dando início ao processo penal contra o acusado.

**Questão 48**

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente,

- a) criança é pessoa menor de 14 anos de idade incompletos e adolescente é pessoa com idade entre 14 e 18 anos.
- b) a remissão como forma de exclusão do processo ao adolescente autor de ato infracional pode ser concedida pela autoridade policial, Ministério Público ou Juiz, em qualquer fase do procedimento.
- c) estando o adolescente apreendido em flagrante por prática de ato infracional praticado mediante violência ou grave ameaça a pessoa, o prazo para conclusão do procedimento é de 45 dias.
- d) o Conselho Tutelar é órgão permanente, autônomo e jurisdicional encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes previstos em lei.

Espaço para rascunho

**Questão 49**

De acordo com a Lei nº 11.343/06 (Repressão ao tráfico e uso de droga),

- a) nos casos de crime de tráfico de drogas, o agente poderá ter sua pena reduzida se ficar demonstrado que é primário, com bons antecedentes e que não se dedica a atividades criminosas e nem é membro de organização criminosa.
- b) o instituto da delação premiada aplica-se somente aos agentes primários e de bons antecedentes.
- c) a demonstração pericial em Juízo da condição de usuário de substância entorpecente impede o reconhecimento do crime de tráfico (art. 33).
- d) o indiciado que planta, manuseia, prepara e depois vende maconha (*Cannabis sativa lineu*), responde em concurso por cada uma das condutas nucleares do tipo penal, pois elas são realizadas em momentos distintos e plenamente identificáveis.

**Questão 50**

Nos termos da Lei nº 9099/95, que instituiu os Juizados Especiais Criminais, tem-se o seguinte:

- a) Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, é cabível a transação penal (medida descriminalizadora), podendo ser ofertada pela autoridade policial quando da lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrências, desde que o autor do fato seja primário e portador de bons antecedentes.
- b) A aceitação e posterior cumprimento da proposta de transação penal, por parte do autor do fato, acarreta a suspensão condicional do processo por dois anos e, findo tal período, a extinção do processo, impedindo novo benefício ao autor do fato pelo período de cinco anos.
- c) A suspensão condicional do processo (sursis processual) aplica-se ao condenado a pena não superior a dois anos, por crime praticado sem violência ou grave ameaça contra a pessoa e nos casos em que o condenado for primário e portador de bons antecedentes.
- d) A proposta de transação penal, medida despenalizadora, deve ser apresentada pelo Ministério Público, havendo a faculdade de o autor do fato aceitá-la ou não. No caso de ser aceita e cumprida a proposta, ocorre a extinção da punibilidade, impedindo novo benefício ao autor do fato pelo período de cinco anos.

\_\_\_\_\_  
Espaço para rascunho

Atualmente, um assunto bastante discutido pela sociedade é a ética nos movimentos grevistas dos funcionários de serviços essenciais para a população. A esse respeito, leia a coletânea de textos a seguir.

### Texto 1

Ora, como a política utiliza as demais ciências e, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência deve abranger as das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano. Com efeito, ainda que tal fim seja o mesmo tanto para o indivíduo como para o estado, o deste último parece ser algo maior e mais completo, quer a atingir, quer a preservar. Embora valha bem a pena atingir esse fim para um indivíduo só, é mais belo e divino alcançá-lo para uma nação ou para as cidades-estados.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco; Poética*. Os pensadores. V. 2. São Paulo: Nova Cultural. 1987. p. 10. (Adaptado).

### Texto 2

Mesmo que o médico continue decidindo as questões mais cruciais nas atividades de saúde, ninguém pode contestar o seu direito de usar os mesmos recursos de outros obreiros, na tentativa de conquistar melhores condições de trabalho, de estabelecer uma adequada estratégia na prestação de serviços e, também, não há como negar, de conseguir remuneração justa. Não há como aceitar mais a ideia de que servir à comunidade está acima do direito de fazer greve, como se os grevistas não fossem pessoas como as outras, omitidas e aviltadas, na sua dignidade profissional. Seria injusto exigir do médico apenas a condição de sacerdote e negar-lhe o que todo ser humano necessita para sobreviver. Não há como censurar os que decidem participar dos movimentos organizados da categoria e das lutas coletivas, na busca de garantir vantagens como forma de proteção social. Isso está assegurado em seu Código de Ética.

FRANÇA, Genival V. de. A Greve nos IMLs. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/biblioteca\\_virtual/des\\_etico/14.htm](http://www.portalmedico.org.br/biblioteca_virtual/des_etico/14.htm)>. Acesso em: 19 nov. 2012. (Adaptado).

### Texto 3

Edificante é praticar o bem para com os homens, por amor deles e por benevolências simpáticas ou ser justo por amor à ordem, mas esta, todavia, não é a genuína máxima da moral de nossa conduta, adequada à nossa situação como homens entre seres racionais, se não tivermos a pretensão, como se fôssemos soldados voluntários, de elevarmos acima do sentido do dever com a mais orgulhosa das ilusões e pretender, como se fôssemos independentes do mandamento, fazer por prazer pessoal aquilo para o qual nenhum mandamento seria necessário.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. Tradução: Antônio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2006. p. 104-105. (Adaptado).

### Texto 4

Durante os nove dias de greve dos policiais militares da Bahia, 130 pessoas foram vítimas de homicídios em Salvador e região metropolitana, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA). O dado representa um aumento de 118,6% em comparação com os homicídios registrados uma semana antes, nos nove dias entre 23 e 31 de janeiro, quando 59 pessoas foram assassinadas, de acordo com a SSP-BA. Segundo um funcionário do IML, que preferiu não se identificar, nesses dias de greve os três carros funerários da unidade têm recolhido a média de 30 corpos por dia, enquanto em dias normais, sem a greve da PM, a média é de 15 corpos.

SALVADOR já têm 130 homicídios durante greve da PM. Disponível em: <<http://www.itaberabanoticias.com.br/geral/salvador-ja-tem-130-homicidios-durante-greve-da-pm>>. Acesso em: 19 nov. 2012. (Adaptado).

Com base na leitura da coletânea, redija um texto dissertativo argumentativo discutindo a seguinte questão-tema:  
**À luz de pressupostos éticos, deveria haver limites para as greves nos serviços essenciais à população?**

Espaço para rascunho

---

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30